

PESQUISA COM EDUCADORES AMBIENTAIS

Inês de Oliveira Noronha¹
Arthur Ribas de Souza Sales²

RESUMO

Esta é uma pesquisa do tipo Survey, segundo Babbie (1999), desenvolvida no mês de novembro de 2018, pela equipe da Socioambiental Projetos Ltda, cuja coleta de dados se deu através do uso de questionários *on line*, formulário Google Forms. O objetivo do estudo foi traçar um panorama da aplicação da Educação Ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental em Minas Gerais, após a publicação da Deliberação Normativa do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais – COPAM nº 214, de 26 de abril de 2017, a partir da percepção dos Educadores Ambientais do Estado de Minas. O trabalho apresenta perguntas-chave que permitem analisar criticamente a situação da EA, além de permitir um aprofundamento das questões referentes à sua melhoria, sobretudo em relação ao Diagnóstico Socioambiental Participativo.

Palavras-chave: Percepção dos Educadores Ambientais; Educação Ambiental; Diagnóstico Socioambiental Participativo; Deliberação Normativa COPAM nº 214/2017.

ABSTRACT

This is a Survey type research, according to Babbie (1999), developed in November 2018, by the team of Socioambiental Projetos Ltda., whose data collection was done through the use of online questionnaires, by Google Forms. The objective of the study was to outline the application of Environmental Education in the scope of environmental licensing in Minas Gerais, following the publication of the Normative Deliberation of the Environmental Policy Council of Minas Gerais - COPAM No. 214, of April 26th, 2017, from the perception of the Environmental Educators of the State of Minas Gerais. The work presents key questions that allow to analyze critically the situation of the Environmental Education, besides allowing a deepening of the questions related to its improvement, especially in relation to the Participative Socio-Environmental Diagnosis.

Keywords: Environmental Educators' Perception; Environmental Education; Participative Socio-Environmental Diagnosis; Normative Deliberation COPAM No. 214/2017.

¹ Doutora em Educação, Pós-Graduada em Educação Ambiental, Diretora Técnica da Socioambiental Projetos Ltda., em Belo Horizonte/MG – ines.noronha@uol.com.br

² Engenheiro Ambiental, Técnico em Meio Ambiente, Auxiliar Técnico da Socioambiental Projetos Ltda., em Belo Horizonte/MG – arthurrrsales@gmail.com



INTRODUÇÃO

Considera-se que a educação ambiental é um direito de todo cidadão e é dever das empresas cumpri-la. De acordo com o Art. 225 da Constituição Federal de 1988, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes gerações.” (CF, 1988).

Considera-se também que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si uma relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário (ONU, 1992 – Adaptado).

Segundo a Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977), a Educação Ambiental:

“é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida”.

De acordo, com a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelecida pela Lei nº 9.795/1999, em seu Art. 1º:

“Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Já a Deliberação Normativa nº 214/2017, estabelece em seu Art. 2º, inciso I, a seguinte definição sobre Educação Ambiental:

“é um processo de ensino-aprendizagem permanente e de abordagem sistêmica, o qual reconhece o conjunto das inter-relações entre âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos, com intuito de permitir que os grupos sociais envolvidos com o empreendimento adquiram conhecimentos, habilidades e atitudes para o empoderamento e pleno exercício da cidadania.”

Os Programas de Educação Ambiental deverão ser estruturados a partir de etapas metodológicas bem definidas, que contemplem obrigatoriamente um Diagnóstico



Socioambiental Participativo³ (DSP). Além das informações coletadas no Diagnóstico Socioambiental Participativo, é importante que o PEA seja elaborado a partir dos estudos ambientais realizados, tendo como referência a tipologia do empreendimento, a atividade licenciada, a área de influência do meio socioeconômico, a realidade local, os grupos sociais afetados e os impactos e danos causados. Ou seja, cada vez mais será necessário o conhecimento, o envolvimento e a participação das comunidades locais nos programas de educação ambiental.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tipo de Pesquisa:

Visando atender os objetivos deste trabalho, e ao mesmo tempo, obter dados que facilitassem traçar um panorama da aplicação da EA, no âmbito do licenciamento ambiental em Minas Gerais, após a publicação da DN 214/2017, a partir da percepção dos Educadores Ambientais do Estado de Minas, realizou-se uma pesquisa com os Educadores Ambientais Mineiros.

O estudo foi caracterizado como transversal único, no qual se selecionou apenas uma amostra da população-alvo, sendo as informações obtidas somente uma vez.

População e Amostra:

O universo ou população de pesquisa foram os Consultores Ambientais. A amostra foi de 31 indivíduos da planilha de consultores mineiros, mostrada na Figura a seguir, dentre outros selecionados pelos pesquisadores, contemplando todas as regiões do Estado, todas as regionais contempladas pelas Suprams – Superintendência Regional de Meio Ambiente.

³ Diagnóstico Socioambiental Participativo: instrumento de articulação e empoderamento que visa a mobilizar, compartilhar responsabilidades e motivar os grupos sociais impactados pelo empreendimento, a fim de se construir uma visão coletiva da realidade local, identificar as potencialidades, os problemas locais e as recomendações para sua superação, considerando os impactos socioambientais do empreendimento. Desse processo, resulta uma base de dados que norteará e subsidiará a construção e implementação do PEA.



No	Município	Formação	Empres	Site da Empre	Cargo na Empi	Telefone da	E-mail	Telefone celular
1								
2	Adeloid	Conselheiro lafal	Gravado/ pós graduação em	gestão ambiental	gestão ambiental		adsonpaulo@	31-331039882
3	Adrian	Contagem	Bióloga com Pós-graduação em	Análise ambiental	Consultoria Ambiental	31332149148	adrian@	31388135440
4	Alda S	Belo Horizonte	Mestre em Ciências Ambientais	Consultoria Ambiental	Projeto de recuperação e conservação		aldas@	3133255812
5	Alexar	Belo Horizonte	Bacharel em Geografia	Especialização em	Projeto de Educação Ambiental, Gestão ambiental		alexar@	31-33331-3483
6	Alice C	Belo Horizonte	Bióloga, Mestre e Doutora em	Envio AUI	Intendência Municipal, Educação Ambiental		alicec@	31-33331-7527
7	Alice C	Belo Horizonte	Bióloga (limnologia), Engenharia de	AUI	Analise hidrobiologica/Estação de		alicec@	31-33331-1553
8	Aline F	Belo Horizonte	Bióloga, Pós Graduação em	Parque, Avaliação e Análise Ambiental	Consultoria Paróia	(31) 33895-1829	alinha@	(31) 33895-1829
9	Aline F	Ouro Preto e Bel	Engenheira Ambiental, Especialista em		Sen	31-33319-9525	alinha@	31330158828
10	Alisson	Uberlândia	Geógrafo, Engenheiro Ambiental, Urban	Plança	Consultoria ambiental	(34)3274-7728	alison@	(34)33134-3840
11	Allan B	Belo Horizonte -	Geologia 2008 UFMG, Mestrado em	Geologia	Consultoria em Geol	31-25121-739	allanb@	31-55115117
12	Aluzio	Contagem - MG	Mestre em Turismo e Meio Ambiente	Orçamento da	Coordenador, 1940	3133333319	aluzio@	313331713389
13	Alyssd	BH	Gestão de Projetos	UnB	Coordenador de Projetos		alyssam@	31-3323-3447
14	Amanda	Belo Horizonte	Bióloga, pós-graduação em	Conservação Ambiental	Consultoria Sazonal	(31) 3326-1680	amanda@	31-5513-1837
15	Amanda	Belo Horizonte	Arquiteta urbana	Urbanismo AQUI	Projeto de arquitetura e urbanismo		amanda@	31333233175
16	Ana C	Belo Horizonte	Ciências Biológicas	Curso Ciências	biologia	31-2511-8800	ana@	31-33323-9133
17	Ana C	Belo Horizonte	Engenheira Ambiental	AUI	Monitoração ambiental	3133333315	ana@	3133333315
18	Ana C	Belo Horizonte	Engenharia de Minas, Especialista em	AUI	Regimental de Engenharia Mineral,		ana@	3133333315
19	Ana L	Nova Lima -MG	Engenharia Química com especialização	AUI	Análise de Impacto Ambiental		ana@	31-3332100412
20	Ana M	Belo Horizonte	Administradora, Pós Graduação em	AUI	Coordenador de Projetos	(31)-3344-4573	ana@	31-3344-4573
21	Ana P	Belo Horizonte	Engenheira Ambiental - Mestrado em	ABEMG	Coordenadora ABEMAN - Associação de		ana@	31-33334-3333
22	Ana P	Belo Horizonte	Engenharia Ambiental, Mestrado em	ABEMG	Coordenadora ABEMAN - Associação de		ana@	31-33334-3333
23	André	Belo Horizonte	Gestão Ambiental, Especialização em	Gestão	Coordenador de Projetos	(31) 3333-3488	andrea@	31-3333-3488
24	André	Belo Horizonte,	Engenheiro Ambiental, Avaliação de	Risigo	Análise de Segurança	(31) 3333-3488	andrea@	31-3333-3488
25	André	São João del Re	Tec. Agropecuária	Agropecuária	Coordenador de Projetos	32-3373-2983	andrea@	32-3333-3334
26	André	Belo Horizonte	Geógrafo	AUI	Coordenador de Projetos	3133333314	andrea@	3133333314
27	ANDRÉ	Belo Horizonte	Químico	Químico	Investigação de Pol	3133331121	andrea@	31331033218
28	André	São Sebastião d	Engenharia ambiental, gestão de	OPAC	Coordenador de Engenharia Ar		andrea@	3133331121
29	André	Belo Horizonte	Engenheira Ambiental, Análise	Anal AUI	Regulatório e gestão ambiental		andrea@	31-33331-3333
30	Antônio	Betim -mg	Gestão resíduos sólidos por	Mineração	Coordenador de Projetos	(31) 333311228	antonio@	31333311228
31	Ari SIn	Belo Horizonte	Ciências Biológicas	Coordenador de	Coordenador Ambiental		ari@	31-33331-3333
32	Arno R	Porto Alegre - R	Administração de Empresas	Pós AUI	Administração, gest	(31)3313-3313	arno@	31-33331-3313
33	Arthur	Belo Horizonte	Engenheiro Ambiental e Sanitário	ARTEM	Planta de Gerencia	31331212384	arthur@	31-33121-2384
34	Arthur	Belo Horizonte	Técnico em Meio Ambiente, curso de	Engenharia Ambiental	Especialista em Educação Ambiental		arthur@	31-33333-3333
35	Arthur	Belo Horizonte/M	Técnico em Meio Ambiente e curso de	Engenharia Ambiental	Coordenador de	(31) 3438-3381	arthur@	(31) 33333-3333
36	August	Belo Horizonte/S	Doutora em Direito, Doutorado em	Arquitetura	Coordenadora de	(31) 3431-8137	augusta@	31-33333-8137
37	Bárbar	Belo Horizonte	Graduação em	Arquitetura	Coordenadora de		barbara@	3133333313

Figura 1: Planilha de Consultores Ambientais de Minas Gerais.
 Elaboração: Grupo de Consultores Ambientais, 2016/2019.

A técnica de amostragem utilizada classificou-se como “não probabilística”, “intencional” e “por conveniência”.

Coleta de dados:

Para a coleta de dados foi elaborado um questionário contendo oito questões semiestruturadas, que foram enviadas através do formulário Google Forms, via e-mail com confirmação de recebimento e solicitação de retorno.

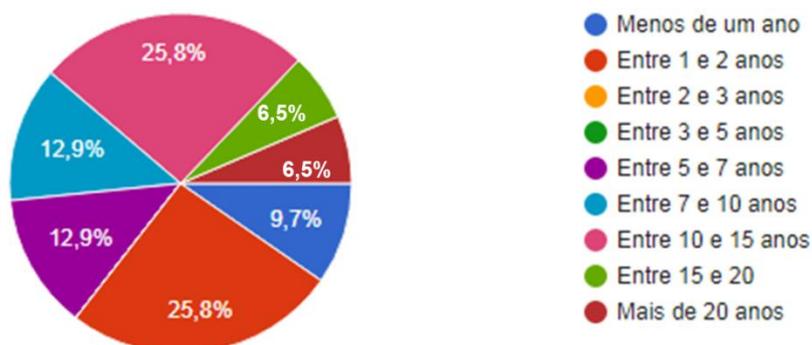
Apontam-se algumas vantagens atribuídas ao Google Forms tais como: a possibilidade de acesso em qualquer local ou horário; a economia de espaço no disco rígido; o fato de ser gratuito; a facilidade de uso, pois não requer conhecimentos de programação; e uma interface amigável. (DATASCOPE, 2018 – Adaptado)

Análise e tratamento dos dados:

O tratamento dos dados foi realizado por meio de uma análise descritiva. Para tanto, foi utilizado o aplicativo Microsoft Office Excel 2003, para a tabulação e cálculo de frequência dos dados. Além disso, para análise dos dados, propriamente dita, foi utilizado o mesmo aplicativo com o suporte de ferramentas estatísticas para apresentação e avaliação dos resultados.

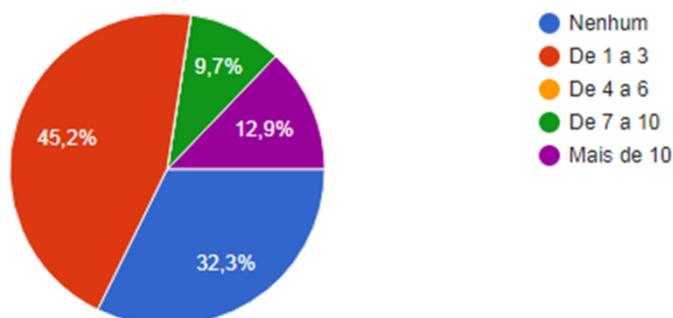


1 - Qual é a sua experiência, em anos, em Educação Ambiental?



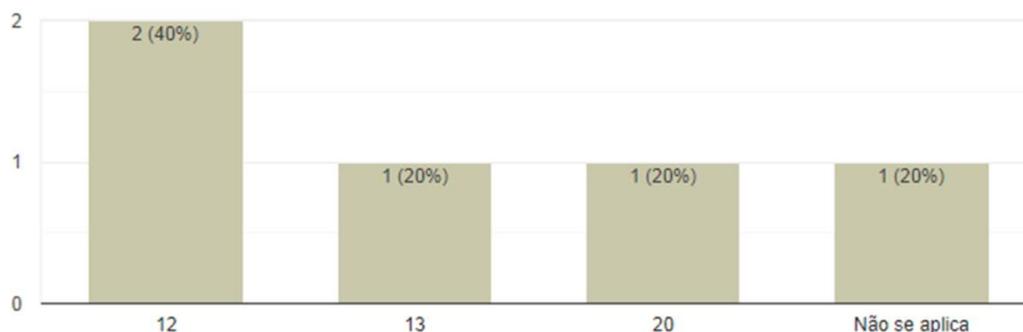
O objetivo desta pergunta foi verificar a experiência dos profissionais no que se refere ao tempo em anos de atuação em educação ambiental, haja vista que Minas Gerais ainda se apresenta como um Estado carente na área de EA. O gráfico mostra que 25,8% dos respondentes apresentam entre 1 e 2 anos de experiência, enquanto outros 25,8% de respondentes estão entre 10 e 15 anos. Já 12,9% de respondentes estão entre 5 e 7 anos de experiência e outros 12,9% de respondentes estão entre 7 e 10 anos de experiência. Isto leva a crer que a DN parece despertar o interesse das pessoas em relação à educação ambiental.

2 - De quantos DSPs você participou desde a publicação da DN COPAM 214/2017 até os dias atuais?



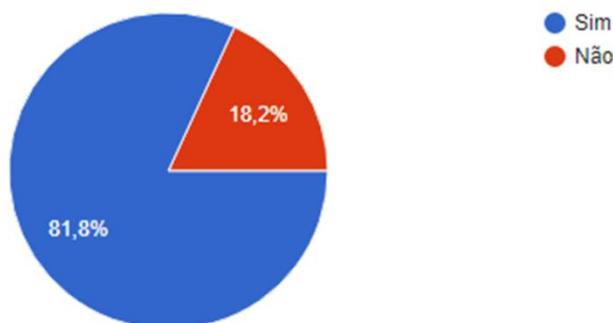
O objetivo desta pergunta foi quantificar a representatividade de participação dos profissionais nos DSPs, dada a importância da DN 214/2017, a extensão do Estado de Minas Gerais e o número de empresas de significativo impacto que necessitam se regularizar perante o órgão ambiental em relação aos Diagnósticos Socioambientais Participativos. O gráfico mostra que 45,2% dos respondentes participaram de 1 a 3 DSPs, enquanto outros 32,3% de respondentes não participaram de nenhum. Já 12,9% de respondentes participaram de mais de 10 DSPs, e os 9,7% de respondentes participaram de 7 a 10 DSPs. Pode-se aferir que ainda há uma parcela representativa de profissionais que não está participando dos estudos da DN 214/2017. Ao mesmo tempo em que a lei despertou o interesse de profissionais novos na área, deixou uma parcela fora do mercado e/ou desatualizada.

2-A - Se você marcou a opção "Mais de 10", de quantos DSPs exatamente você participou?



O objetivo desta pergunta foi dar sequência à questão anterior, reforçando-a. O gráfico mostra que 2 respondentes afirmaram ter participado de 12 DSPs, o que representa 40% do total de respondentes, enquanto um respondente afirmou ter participado de 13 DSPs, outro afirmou ter participado de 20 DSPs e outro escreveu “Não se aplica”, cada um destes três últimos representando 20% do total de respondentes.

2-B - Se você marcou a opção "Nenhum", gostaria de ter participado de algum DSP?

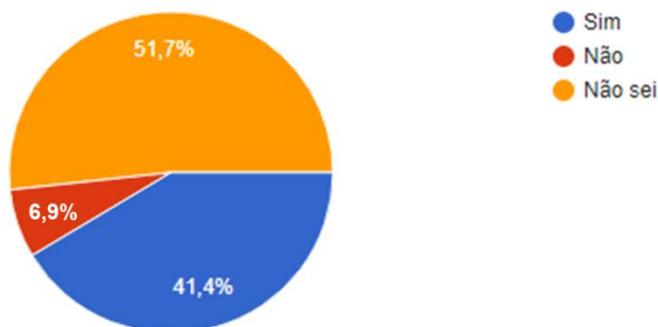


Nesta questão, o objetivo era averiguar o interesse dos profissionais em participar de DSPs, dentre aqueles que afirmaram não ter participado de nenhum. A maior parte dos respondentes, que representam 81,8% do total, afirmaram que possuem interesse, enquanto o restante, representando 18,2% do total, afirmou não ter interesse.

Com relação aos que afirmaram não possuir interesse, tal afirmação leva a crer que estes profissionais talvez não se sintam “capacitados” a participar de DSPs, ou que não tenham atuação direta com a Educação Ambiental.



2-C - Com relação aos DSPs dos quais você participou, você tem conhecimento se houve devolutiva com o público interno e/ou com as comunidades?

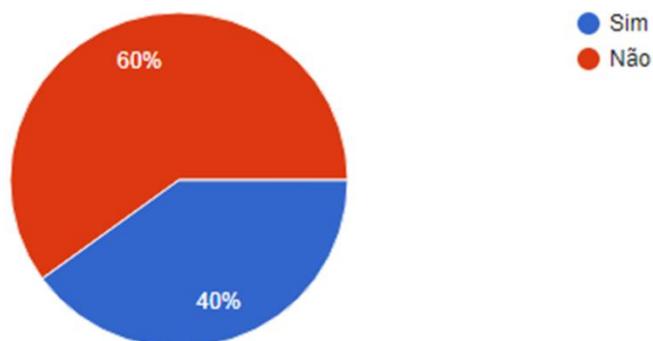


Esta questão teve o intuito de avaliar se as devolutivas, ou seja, os feedbacks às comunidades e aos trabalhadores quanto aos resultados do DSP e às ações de Educação Ambiental propostas, estão sendo realizadas. A maior parte dos respondentes, que representam uma parcela de 51,7% do total, afirmaram não ter conhecimento se houve ou não devolutiva dos DSPs dos quais participaram, enquanto 41,4% afirmaram que houve devolutiva e a menor parcela, de 6,9%, afirmou que não houve nenhuma devolutiva relacionada aos DSPs dos quais participou.

O grande desconhecimento dos profissionais sobre a realização ou não das devolutivas relacionadas aos DSPs dos quais participaram pode ocorrer devido ao fato de muitas vezes os profissionais ou as consultorias serem contratadas apenas para a realização do DSP, e não da fase da devolutiva.



2-D - Com relação a estas devolutivas, você participou de alguma?

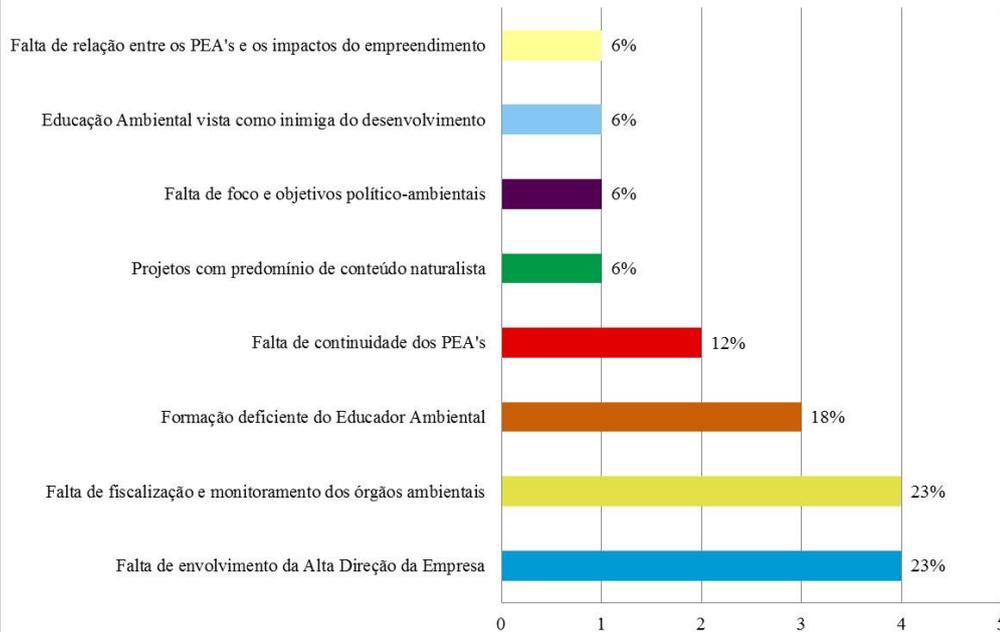


Esta questão deu sequência à anterior, perguntando aos 41,4% que afirmaram que houve devolutiva se eles tiveram participação nestas devolutivas. A maior parte dos respondentes, 60% do total, afirmou não ter participado das devolutivas dos seus DSPs, enquanto o restante, 40%, afirmou ter participado das devolutivas de seus DSPs.

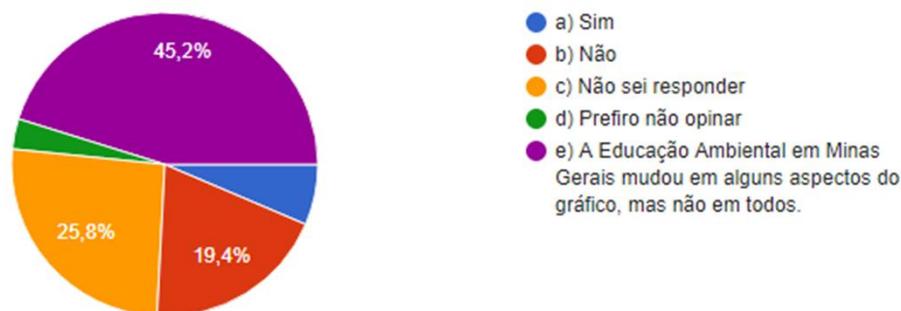
Este resultado pode ser justificado da mesma forma que na questão anterior, pelo fato de muitas vezes os profissionais e consultorias não serem contratados para realizar as devolutivas dos DSPs dos quais participam.

3 - Em 2017 o estudo realizado com os consultores ambientais mineiros apontou os itens e os percentuais que mostram o gráfico abaixo. A partir da sua observação do gráfico, qual é a sua opinião a respeito do panorama 2017 -2018? Houve mudanças?

A PERCEÇÃO DAS CONSULTORIAS AMBIENTAIS DE MINAS GERAIS EM RELAÇÃO AOS PRINCIPAIS ENTRAVALS DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MINAS GERAIS



3 - Em 2017 o estudo realizado com os consultores ambientais mineiros apontou os itens e os percentuais que mostram o gráfico abaixo. A partir da sua observação do gráfico, qual é a sua opinião a respeito do panorama 2017 -2018? Houve mudanças?

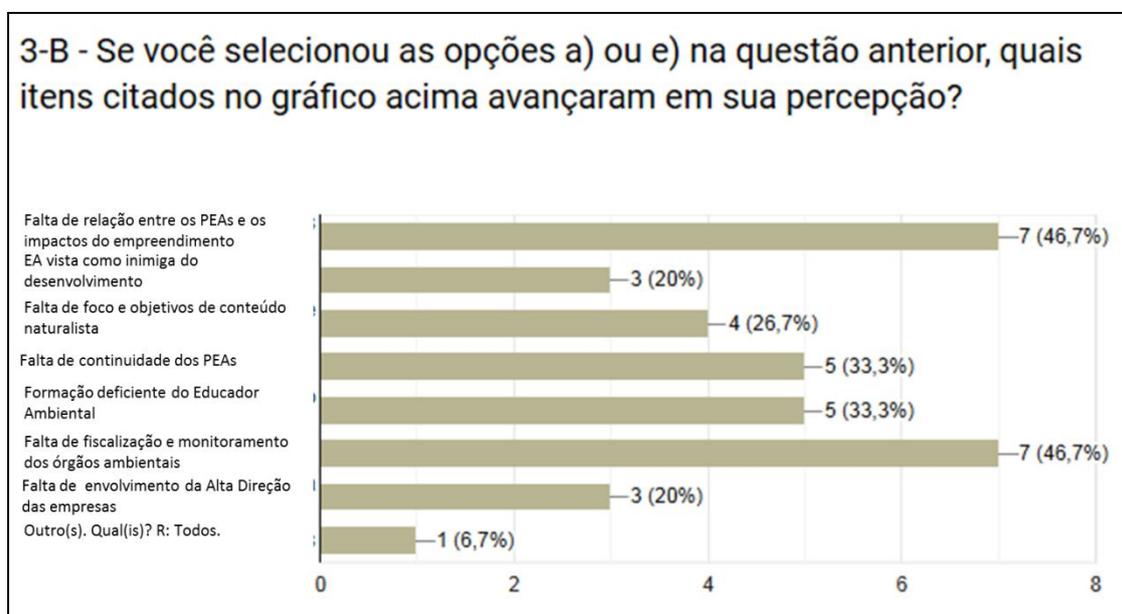


Nesta questão, os respondentes analisaram o gráfico de barras mostrado inicialmente, que sintetiza os resultados de outra pesquisa realizada no ano de 2017, para então responder ao questionamento principal, que pretendia avaliar se houve ou não mudanças nos principais

entraves dos Programas de Educação Ambiental em Minas Gerais, de acordo com a percepção de cada um.

A maior parte dos respondentes, 45,2% do total, afirmou que a Educação Ambiental em Minas Gerais mudou em alguns aspectos do gráfico, porém não em todos; enquanto uma parcela de 25,8% afirmou não saber responder ao questionamento. Outros 19,4% afirmaram que não houve mudanças, enquanto uma parcela mínima afirmou que houve mudanças e o restante preferiu não opinar.

Este resultado mostra que os Educadores Ambientais mineiros ainda encontram entraves e dificuldades na elaboração e aplicação dos Programas de Educação Ambiental em Minas Gerais, mesmo após mais de um ano da publicação da DN COPAM 214/2017.



Esta questão dá continuidade à anterior, perguntando aos respondentes que afirmaram que houve mudanças no panorama 2017-2018 da Educação Ambiental e também os que informaram que a Educação Ambiental mudou em alguns aspectos, mas não em todos, sobre quais itens do gráfico de barras apresentaram alguma melhora no último ano.

Nesta questão os respondentes poderiam selecionar mais de uma opção, portanto as opções mais selecionadas foram a melhora na falta de relação entre os PEAs e os impactos do empreendimento e a melhora na falta de fiscalização e monitoramento dos órgãos ambientais. Em seguida, as opções mais selecionadas foram a melhora na falta de continuidade dos PEAs e a melhora na formação deficiente do Educador Ambiental, seguidas pela melhora na falta de foco e objetivos de conteúdo naturalista, a melhora no conceito de que a EA é vista como inimiga do desenvolvimento, e a melhora na falta de envolvimento da Alta Direção das



empresas. Apenas um respondente selecionou a opção “Outro(s)”, citando todas as alternativas como exemplo.

3-C - Em sua opinião a que se deve esse avanço?

- *“O setor produtivo e a alta direção das empresas tem percebido de forma mais clara a importância da Educação Ambiental.”*
- *“Acredito que a DN 214.”*
- *“Maior cobrança dos órgãos ambientais.”*
- *“DN 214.”*
- *“Aos novos termos propostos.”*
- *“Ao próprio escopo do DSP, no entanto, ainda existe resistência por parte dos empreendedores que em alguns casos acho que por receio, não querem fazer um instrumento que envolva toda a comunidade e sim por partes.”*
- *“Consciência humana.”*
- *“A DN.”*

Esta questão se dirigia especificamente àqueles que responderam à questão anterior. Os respondentes tiveram a liberdade de discorrer sobre os fatores que, de acordo com sua percepção, justificam o avanço dos aspectos destacados na questão anterior.

Nota-se que as opiniões são diversificadas, mas destaca-se que três opiniões citam a própria existência da DN COPAM 214/2017 como a justificativa para os avanços. Destaca-se também a duas opiniões, de dois respondentes diferentes, que divergem entre si. A primeira afirma que “o setor produtivo e a alta direção das empresas têm percebido de forma mais clara a importância da Educação Ambiental”, enquanto a segunda afirma que, mesmo com as melhorias, “[...] ainda existe resistência por parte dos empreendedores [...]”.

Isto mostra que os Educadores Ambientais têm vivido diferentes experiências durante seus trabalhos com Educação Ambiental, da mesma forma que empreendedores têm recebido as propostas e ações de maneiras diferentes.



3-D - Se você selecionou a opção NÃO na questão 3, em sua percepção, a que se deve essa "estagnação"? (Caso não deseje responder, deixe a questão em branco)

- *“Essa estagnação deve-se ao distanciamento ou a inexistência das relações entre comunidade/empreendimento.”*
- *“Falta de integração das ações de educação ambiental.”*
- *“Falta de interesse tanto da empresa, quanto da população.”*
- *“Continua a falta de envolvimento da alta direção.”*
- *“Coerência nas políticas com a prática.”*

Esta questão foi dirigida especificamente aos respondentes que afirmaram que a Educação Ambiental não apresentou nenhuma melhoria desde a publicação da DN COPAM 214/2017 até o momento da realização da pesquisa. Nela, os respondentes poderiam informar a que fato(s) se deve a estagnação nos aspectos da Educação Ambiental relatados na questão 3.

Nota-se que as opiniões foram bastante diversificadas, e uma colocação a ser destacada é a que afirma que “continua a falta de envolvimento da alta direção”, que vai de encontro ao que outro respondente afirmou na questão anterior, com relação aos avanços da Educação Ambiental, que afirmou que “o setor produtivo e a alta direção das empresas têm percebido de forma mais clara a importância da Educação Ambiental”.

Isto reforça ainda mais aquilo que foi possível perceber na questão anterior, que os Educadores Ambientais têm vivenciado diferentes experiências e se deparado com diferentes cenários durante sua atuação, o que torna a Educação Ambiental um campo de atuação bastante dinâmico.



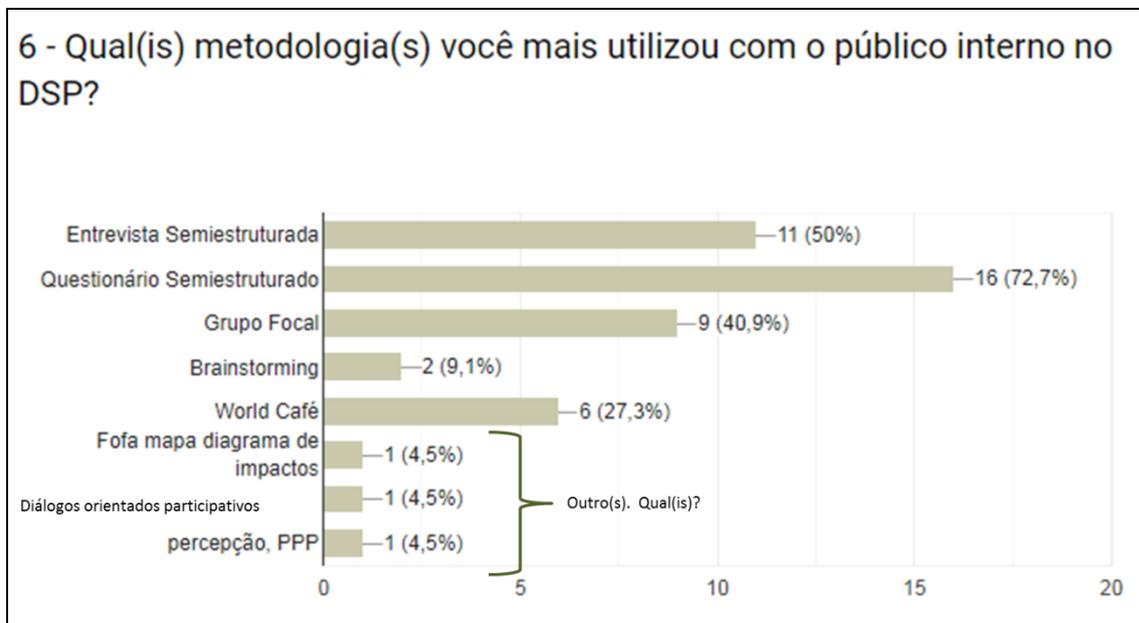
Em relação ao DSP – Diagnóstico Socioambiental Participativo, cite o <u>PRINCIPAL ENTRAVE</u> que você encontrou na prática ao realizá-lo.	Em relação ao DSP – Diagnóstico Socioambiental Participativo, qual foi o <u>PRINCIPAL APRENDIZADO</u> ?
<i>"Falta de conhecimento dos gestores em relação à DN 214."</i>	<i>"Cada comunidade é única, possui suas vivências e sua relação com o meio em que vivem deve ser o norte para a elaboração do PEA."</i>
<i>"Realizar o DSP com funcionários e terceirizados."</i>	<i>"Utilização de metodologias participativas."</i>
<i>"AID do EIA definida sem critério técnico."</i>	<i>"Envolvimento da gerência ambiental para que as demandas não incluídas no PEA sejam encaminhadas adequadamente."</i>
<i>"Dificuldade na mobilização de representantes de todo o público interno."</i>	<i>"Necessidade de expor informações claras e objetivas sobre os aspectos produtivos do empreendimento para o público externo."</i>
<i>"Mobilização."</i>	<i>"Que ações participativas são melhores."</i>
<i>"Abordagem as comunidades, falta de aceitação."</i>	<i>"A importância da realização do mesmo, quanto ao envolvimento dos diretamente afetados."</i>
<i>"Acreditarem que as respostas seriam levadas diretamente à empresa."</i>	<i>"Realidade local, carência das comunidades."</i>
<i>"O baixo interesse das pessoas."</i>	<i>"Conhecer a realidade das comunidades e evidenciar o descaso do poder público e das empresas em relação aos problemas e as demandas dessas comunidades."</i>
<i>"Falta de apoio das comunidades."</i>	<i>"Sempre ouvir vários aspectos e lados das comunidades."</i>
Em relação ao DSP – Diagnóstico Socioambiental Participativo, cite o <u>PRINCIPAL ENTRAVE</u> que você encontrou na prática ao realizá-lo.	Em relação ao DSP – Diagnóstico Socioambiental Participativo, qual foi o <u>PRINCIPAL APRENDIZADO</u> .
<i>"Periodicidade proposta pela empresa."</i>	<i>"Se adequar às demandas do empreendimento."</i>
<i>"O empreendedor não queria utilizar um instrumento participativo."</i>	<i>"A proximidade da comunidade com o empreendimento pode auxiliar e muito nas motivações de impacto causados por este e também melhorar o relacionamento da empresa com a comunidade."</i>
<i>"A comunidade ainda vê como troca de favores, empregos, ajuda financeira em festas, etc."</i>	<i>"Aprimoramento em metodologias de aplicação."</i>
<i>"Disponibilidade dos moradores."</i>	<i>"Os anseios reais da comunidade local."</i>
<i>"As empresas aceitarem o Diagnóstico."</i>	<i>"Mobilização das comunidades."</i>
<i>"Dificuldade do público externo em entender o propósito do DSP."</i>	<i>"Aprender como se posicionar perante a comunidade e como lidar em determinadas situações."</i>
<i>"Não encontrei entrave algum. Todos os municípios foram abertos para aplicação dos mesmos."</i>	<i>"Participação maior dos empreendimentos."</i>
<i>"Interesse e conhecimento da sociedade."</i>	<i>"A motivação social, quando envolvidos e estimulados."</i>

Os quadros acima mostram os resultados de duas questões diferentes, que questionavam sobre os principais entraves e os principais aprendizados dos profissionais durante a realização de DSPs.

Os resultados foram dispostos desta forma para alinhar, lado a lado, as diferentes colocações dos mesmos respondentes, para cada questão. Ou seja, cada linha do quadro representa as respostas de um mesmo profissional para cada pergunta, respectivamente.



Desta forma, é possível notar os entraves e os aprendizados de cada profissional durante a prática dos DSPs. Dentre os entraves, nota-se que o mais recorrente foi a dificuldade na mobilização das comunidades para o DSP. Já dentre os aprendizados, não houve uma colocação recorrente, pois os aprendizados foram diversos e refletem o quanto cada profissional absorveu durante suas experiências.

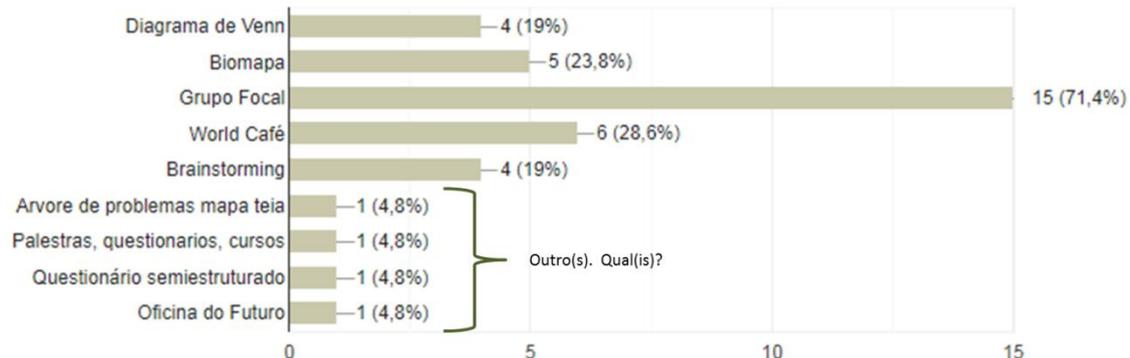


Nesta questão, os respondentes deveriam informar qual ou quais metodologias eles mais utilizaram com o público interno em seus DSPs. As cinco primeiras foram dadas como opções que eles poderiam selecionar, e ainda havia uma opção “Outros” na qual eles tiveram liberdade para escrever as metodologias que utilizaram, caso não as encontrassem nas opções sugeridas.

A opção mais selecionada foi o questionário semiestruturado, por 72,7% do total de respondentes, seguida pela entrevista semiestruturada, selecionada por 50% do total, enquanto a terceira opção mais selecionada foi o Grupo Focal, representada por 40,9% do total. As duas alternativas menos representadas foram o World Café (27,3%) e o brainstorming (9,1%).

Dentre os que selecionaram a opção “Outros”, as metodologias informadas foram a matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), mapas e diagrama de impactos, informadas pelo mesmo respondente; os diálogos orientados participativos, informados por outro respondente; e a percepção e a PPP, informadas por outro respondente.

7 - Qual(is) metodologia(s) você mais utilizou com o público externo no DSP?

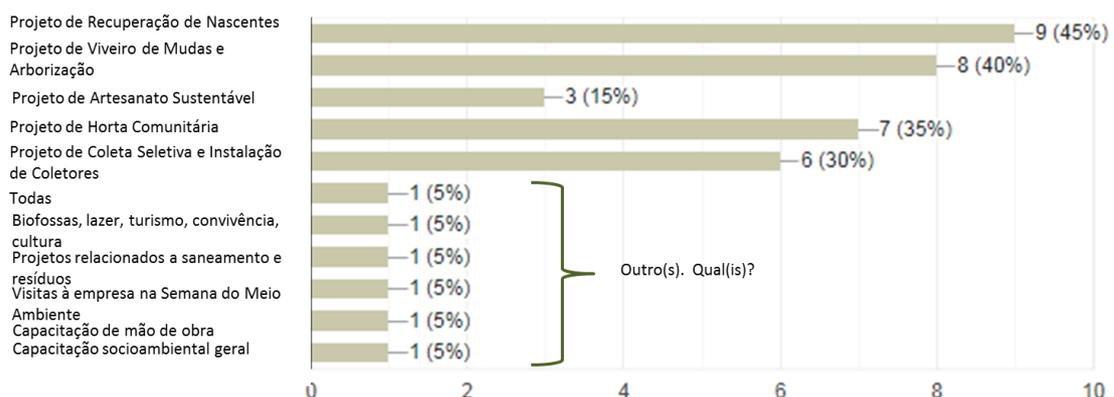


Nesta questão, os respondentes deveriam informar quais foram as metodologias que mais utilizaram com o público externo em seus DSPs, tendo cinco opções sugeridas que poderiam selecionar e ainda a opção “Outros”, na qual poderiam escrever as metodologias que utilizaram e que não se enquadravam nas sugestões.

A metodologia mais utilizada pela maioria dos respondentes, 71,4% do total, foi o Grupo Focal, seguida pelo World Café (28,6%), pelo biomapa (23,8%) e pelo Diagrama de Venn e Brainstorming, empatados com 19%.

Quanto aos que selecionaram a opção “Outros”, as metodologias informadas foram a Árvore de Problemas, mapas e teias; palestras, questionários e cursos; questionário semiestruturado; e Oficina do Futuro, cada uma destas informada por um respondente diferente.

8 - Quais foram as principais demandas das comunidades em relação aos PEAs?



Nesta última questão, os respondentes deveriam informar quais foram as principais demandas relacionadas à Educação Ambiental das comunidades com as quais realizaram seus DSPs, tendo cinco opções sugeridas que poderiam selecionar, inclusive podendo selecionar mais de uma, e ainda tendo a liberdade de relatar outros itens através da opção “Outro(s)”.

O gráfico mostra que as principais demandas relatadas pelos respondentes desta pesquisa foram, respectivamente: Projeto de Recuperação de Nascentes, Projeto de Viveiro de Mudanças e Arborização, Projeto de Horta Comunitária, Projeto de Coleta Seletiva e Instalação de Coletores e Projeto de Artesanato Sustentável.

Dentre aqueles que selecionaram a opção “Outro(s)”, as demandas relatadas foram “Biofossas, lazer, turismo, convivência, cultura”, “Projetos relacionados a saneamento e resíduos”, “Visitas à empresa na Semana do Meio Ambiente”, “Capacitação de mão de obra”, “Capacitação socioambiental geral”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, a pesquisa demonstrou que a Deliberação Normativa COPAM nº 214/2017 dividiu opiniões entre os Educadores Ambientais, no que diz respeito à sua aplicabilidade e às suas mudanças em relação à forma como a Educação Ambiental era aplicada antes de sua publicação.

Ao mesmo tempo em que trouxe melhorias, novos conceitos e uma nova forma de se utilizar a Educação Ambiental dentro do licenciamento ambiental, os profissionais – mesmo os mais experientes – demonstraram ter se deparado com algumas dificuldades e algumas dúvidas em relação às disposições da Deliberação.

Ainda assim, mesmo com as dificuldades encontradas, é notório que o Diagnóstico Socioambiental Participativo, principal ferramenta trazida pela Deliberação, apresentou uma inovação ao permitir que as partes interessadas, ou seja, os trabalhadores dos empreendimentos licenciados e as comunidades de suas áreas de influência, participem do processo de construção dos projetos de Educação Ambiental que serão direcionados a eles próprios, tendo como base a sua realidade socioambiental e seu conhecimento do local onde vivem.

Esta pesquisa mostra que ainda há muito que avançar no que diz respeito à Educação Ambiental em Minas Gerais, e que são necessárias muitas discussões e análises da Deliberação Normativa COPAM nº 214/2017 para sua interpretação concisa e sua correta aplicação.



REFERÊNCIAS

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 519 p.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, 28 abr. 1999.

CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Declaração de Tbilisi**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/decltbilisi.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental. **Deliberação Normativa COPAM nº 214**, de 26 de abril de 2017. Estabelece as diretrizes para a elaboração e a execução dos Programas de Educação Ambiental no âmbito dos processos de licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Diário do Executivo de Minas Gerais, 29 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao/item/8068-tratado-de-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-para-sociedades-sustent%C3%A1veis-e-responsabilidade-global.html>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

Vantagens e desvantagens do Google Forms. Disponível em: <<http://www.mydatascope.com/blog/pt/2018/10/03/vantagens-e-desvantagens-do-google-forms/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

Artigo recebido em: 13/05/2019.

Artigo aceito em: 22/07/2019.

